

Artigo



“A GALINHA ESTAVA MORTA E PRONTA E SÓ FALTAVA ASSAR-SE”: A REVOLTA ESCRAVA DO SERRO (MINAS GERAIS, 1864)

Isadora Moura Mota*

Resumo

Este artigo conta a história da rebelião escrava do Serro, movimento que reuniu mais de quatrocentos rebeldes em Minas Gerais, no mês de outubro de 1864. Cientes dos projetos emancipacionistas em debate no parlamento nacional e da guerra civil nos Estados Unidos, escravos das lavras de diamantes, fazendas e cidades do Serro e Diamantina planejaram uma “guerra contra os brancos” para obter sua liberdade. Eles contavam com o apoio de comunidades quilombolas e homens forros. Através da análise desta revolta, esperamos trazer à tona as culturas e experiências da escravidão no nordeste mineiro, assim como suas relações com o cenário político da década de 1860.

Palavras-chave: Rebelião, Cultura Escrava, Minas Gerais.

Abstract:

This essay tells the story of the Serro slave rebellion, which gathered more than four hundred rebels in Minas Gerais in October of 1864. Aware of the emancipationist projects debated in Brazil’s National Assembly and the U.S.A. Civil War, slaves from the diamond mines, farms and the cities of Serro and Diamantina planned a “war against the whites” in order to obtain their freedom. They expected to be supported by maroon communities and black freedmen. Through the analysis of this revolt, we wish to reveal the slave cultures and experiences in the *mineiro* northeast, as well as its relationship with the political landscape of the 1860s.

Keywords: Rebellion, Slave Culture, Minas Gerais.

* Mestranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço a José Celso de Castro Alves pela leitura e comentários feitos a este artigo.

A princípios de maio de 1864 reuniu-se todo o povo vindo das diversas partes do norte de Minas Gerais para celebrar a sagração do bispo D. João Antônio dos Santos. Tinha-se escolhido comemorar a chegada do cônego no decorrer da festa do Divino Espírito Santo, evento central no calendário religioso de Diamantina, então a cidade mais importante da comarca do Serro Frio. Fogos de artifício abrilhantaram as ruas do seu antigo centro e acalmaram, mesmo que temporariamente, os ânimos dos que ali viviam como proprietários, seja de terras ou de trabalhadores. As festas pareciam um raro momento de trégua naqueles anos de escalada de dois problemas crônicos na região: a luta dos faiscadores pobres contra o processo de privatização das lavras diamantíferas e a multiplicação dos quilombos ao redor dos arraiais de mineração.

Na memória dos escravos, porém, a chegada do bispo marcara um momento de reviravolta em suas vidas. Foi nos bastidores das celebrações de maio que cativos dos municípios vizinhos de Serro e Diamantina começaram a preparar a “guerra contra os brancos” destinada a libertá-los definitivamente do cativeiro. O planejamento envolvia escravos fugidos e assenzalados num raio de mais de 80 km e tinha centros de decisão dispersos pela região. Em Diamantina, escravos da lavra do Barro começaram desde cedo a guardar armas e dinheiro, em ação conjunta com os quilombolas do vale do Jequitinhonha.¹ No Serro, tudo começara com um plano de fuga coletiva para o sertão das Gerais acertado por pelo menos seis escravos para “antes da chegada do Senhor Bispo”, estratégia sempre adiada pelo temor que nutriam alguns deles de serem mortos no caminho.²

¹ OFÍCIO do delegado de Diamantina, João Raimundo Mourão, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, 29 out. 1864. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ): Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ 1, maço 628 (1864).

² *1º interrogatório de Nuno, escravo de Veríssimo Pereira dos Reis*, 24 out. 1864. Arquivo Nacional (doravante ANRJ): CORTE DE APPELAÇÃO, PROCESSO-CRIME de Insurreição, José Cabrinha (escravo), Serro, cx. 3700, maço 5014 (1865), p. 22.

Entre eles estava o cabra Nuno que em certo domingo, indo trabalhar em suas obras de ferreiro na fazenda Sesmaria, resolveu convidar para a fuga alguns de seus “parceiros”. Num encontro marcado no quarto da escola da propriedade, localizada na periferia do Serro, falou aos demais sobre seus planos e procurou convencê-los das chances de sucesso com os argumentos de que os jornais noticiavam a ocorrência de uma “guerra” e que já havia chegado “ordem para a liberdade dos escravos” no Brasil, mas que os brancos insistiam em ocultá-la.³ Atentos a tudo, o pedreiro José Cabrinha e o alfaiate Demétrio hesitaram, mas Cabrinha logo respondeu ter “coisa melhor” e “era o plano de insurreição”. Ele e Demétrio justificaram-se “pela leitura que tinham das folhas”, nas quais “viam que os Liberais tratavam da liberdade dos escravos, e que por isso deviam estes tratar de havê-la imediatamente por suas mãos”.⁴

Uma vez convencidos de que o momento político era mesmo dos mais favoráveis, os escravos decidiram pela realização de uma “porcaria na cidade do Serro”.⁵ Rapidamente o levante se tornou assunto de cartas e conversas espalhadas pelas senzalas e estradas entre Serro e Diamantina, onde cresceu o número de participantes. A rebelião parecia ser apenas uma questão de tempo. Como bem afirmou o tropeiro africano Faustino, “a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se”.⁶ A eclosão foi marcada para o último domingo de

³ 1º interrogatório de José Cabrinha, escravo de Francisca de Araújo Padilha, 24 out.1864. Idem, p. 24.

⁴ 2º interrogatório de Nuno, escravo de Veríssimo Pereira dos Reis, 22 nov.1864. Idem, p. 87.

⁵ Depoimento de Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz, 21 nov.1864. Idem, p. 66.

⁶ Depoimento de Vicente Gonçalves de Queiroz, 21.out.1864. Idem, pp. 9. Esta frase de Faustino gerou outra interpretação na rápida análise de Clóvis Moura sobre a insurreição de 1864. Segundo ele, ela constituía parte da senha criada pelos rebeldes para coordenar a ação dos escravos da cidade e dos quilombolas no dia da rebelião. Eles deveriam repetir que: ‘a gente de João Batista Vieira estava pronta e que os de cá ainda estavam à toa, que a galinha estava morta e pronta e só falava assar-se’. Em nosso trabalho, não encontramos evidências de que esta fosse uma senha para deslanchar o levante. (Cf. MOURA, pp. 99 e 100).

outubro de 1864, quando escravos das duas cidades deveriam marchar para o Serro, certos da coadjuvação da “rapaziada sujeita das matas”, dos forros já avisados e de alguns “homens de gravata”.⁷ Somente das minas do Barro e do Duro, em Diamantina, se esperava a vinda de algumas centenas de cativos.

A conspiração atravessou quatro meses, fortalecida cada vez mais pela circulação de informações sobre a guerra de secessão nos Estados Unidos e a existência de projetos políticos emancipacionistas no Brasil. Ao indagar moradores do Serro sobre os fatos contados por Nuno, por exemplo, o alfaiate Adão confirmara “que havia guerra a respeito da liberdade dos escravos” num outro país.⁸ Em 9 de outubro, porém, o segredo foi rompido pela trêmula voz do carpinteiro Vicente. Convidado duas vezes a tomar parte na insurreição, o escravo finalmente resolvera denunciá-la a seu senhor por conhecer “as tristes conseqüências disto”.⁹ Ao ser meticulosamente interrogado pelos “melhores cidadãos” da cidade do Serro, Vicente fez revelações que horrorizaram as autoridades e deram início ao esforço repressivo que levou mais de dois meses para debelar a rebelião. Passado o primeiro susto as autoridades tiveram que se empenhar por anos a fio para sufocar o “ódio de escravos”,¹⁰ que teimava em continuar buscando inspiração na conjuntura política nacional e atlântica. Em 1865, seria a vez da guerra do Paraguai instigar novos levantes em Minas Gerais.¹¹

⁷ 1º interrogatório de José Cabrinha, escravo de Francisca de Araújo Padilha, 24 out.1864. p. 24.

⁸ Depoimento de Eva Joaquina de Campos, 21 out.1864. Idem, p. 14.

⁹ Depoimento de Vicente, escravo de Francisco Cornélio Ribeiro, 24 out.1864. Idem, p. 18. A denúncia de Vicente pode ter sido motivada pela expectativa da alforria. De fato, logo após seu depoimento, os cidadãos do Serro cotizaram-se e compraram sua liberdade, uma prática razoavelmente comum entre senhores de escravos ansiosos em descobrir e sufocar levantes. Cf. *Jornal do Commercio*, 07 dez.1864, p. 1.

¹⁰ Comentário feito pelo jornal *O Voluntário* (Diamantina) em referência ao espírito insurgente que ainda rasgava o Serro em 1865. Transcrito no *Jornal do Commercio*, 17 jul.1865, p. 2.

¹¹ Arquivo Público Mineiro (doravante APM): Seção Provincial, códs. 1093, 1094 e 1095 (1865).

Este artigo constitui uma análise da revolta escrava de 1864, cuja ênfase recai sobre a tentativa de compreender as experiências da escravidão no norte de Minas no contexto político dos anos 1860. Enveredando por um espaço onde a mineração há muito havia garantido uma forte presença centro-africana e o crescimento da população livre de cor, esperamos nos aproximar da cultura escrava singular que brotava da convivência entre os já envelhecidos africanos e seus descendentes, nas últimas décadas da escravidão no Brasil.

1. “Guerra contra os brancos”

A antiga comarca do Serro Frio, situada no nordeste de Minas Gerais, reunia sob sua jurisdição os termos do Serro, Conceição e Diamantina. Incrustada na serra do Espinhaço, a região fora constituída no encontro da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e da mineração de ouro e diamantes. Na segunda metade do século XIX a comarca abarcava uma vasta zona agrícola e pastoril que alimentava, principalmente, a população dedicada à mineração diamantina. As fazendas de cana-de-açúcar e grãos se espalhavam por toda parte e as lavras se estendiam pelos leitos fluviais e dorsos das elevações ribeirinhas, nos arredores de Serro e Diamantina. Franqueadas à exploração privada desde 1832, estas prosperavam sobretudo nas jazidas próximas ao rio Jequitinhonha. O ouro se tornara escasso e já não atraía grandes inversões de capital e mão-de-obra. (Cf. SANTOS).

Na década de 1860 Diamantina figurava como o principal centro urbano do norte mineiro. Em 1856 reunia em torno de 17 mil habitantes,¹² número bastante superior aos 10.584 moradores do Serro.¹³ Embora não haja números

¹² Estimativa do vigário da paróquia a pedido da câmara municipal de Diamantina. Cf. SOUZA, p. 116.

¹³ “Mapa das Freguesias, Distritos, Fogos, Populações parciais e geral do Município do Serro” (1856), elaborado pelo delegado de polícia Bento Carneiro. APM: Seção Provincial, Presidência da Província, cx. 50, documento 24.

precisos para o período em que ocorre a rebelião, o recenseamento geral de 1872 mostra que, nesta época, a população escrava ainda representava cerca de 39% dos habitantes em Diamantina e 18% no vizinho Serro, sendo constituída principalmente por escravos nascidos no Brasil.¹⁴ O segmento crioulo era especialmente numeroso no Serro, correspondia a 60% dos cativos do distrito da cidade desde a década de 1840.¹⁵ A maior concentração escrava em Diamantina era explicada pelo dinamismo de sua economia. Entre as décadas de 1830 e 1870, o município passou por um segundo *boom* de extração diamantífera que provocou uma corrida de pessoas à região e foi capaz de sustentar constantes importações de escravos africanos. Provenientes especialmente da África centro-ocidental, eles tenderam a permanecer na região após a extinção do tráfico atlântico, sendo empregados, sobretudo, como lavradores e mineiros. (Cf. SLENES)

Foi neste cenário marcado pela maciça presença dos afro-brasileiros – fossem escravos, libertos ou nascidos livres –, que se descobriu o plano de levante em 1864. Logo após a denúncia de Vicente, José Maria Brandão, delegado do Serro, escreveu apavorado ao chefe de polícia de Minas sobre o que estaria por vir. “A segurança individual nesta Cidade e seu termo está em perigo iminente, achamo-nos sobre um vulcão prestes a arrebentar vitimando a Cidadãos pacíficos, Mulheres e Crianças”.¹⁶ De acordo com as confissões dos primeiros escravos presos na cadeia do Serro, a revolta ainda era viva, prevista para 30 de outubro quando os rebeldes se reuniriam no alto do morro que abrigava a igreja negra do Rosário, no centro do Serro. Deveriam estar munidos de

¹⁴ *Anuário Estatístico de Minas Gerais*, 1921, v. 2, p. 16 e 25.

¹⁵ Entre a população livre, 78% eram pardos, crioulos, cabras ou mestiços. *Relação nominal dos habitantes do distrito da cidade do Serro, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, município da mesma cidade, e comarca do Serro Frio*, 21 dez.1840. APM: coleção Mapas de População, cx. 9, inventário 15, microfilme, 68 p.

¹⁶ OFÍCIO enviado por José Maria Brandão ao Chefe de Polícia de Minas Gerais, 10 out.1864. APM: Seção Provincial, maço 1047.

feixes de capim cabeçudo seco, espadas e das armas que conseguissem juntar. A ordem era provocar um incêndio nas casas dos negociantes de diamante mais abastados do lugar, dentre eles o tenente-coronel que guardava o armamento da Guarda Nacional. Ao toque da confusão os cativos roubariam o arsenal com o qual esperavam tornar-se “invencíveis” e iniciariam a matança dos brancos pelos “principais”. Da ação dos rebeldes não escapariam nem mesmo aqueles escravos que se recusassem a aderir. Diziam os líderes que se eram cativos, por força, deviam ajudar sob pena de serem considerados “falsos”.¹⁷

Imediatamente após as primeiras averiguações, José Joaquim Ferreira Rabello, deputado provincial, havia pouco, eleito pelo norte mineiro, tratou de avisar o presidente da província Pedro de Alcântara Cerqueira Leite. Certo de que os cativos não estavam sozinhos, o futuro Barão do Serro elegeu de imediato os inimigos a combater e passou a reconsiderar as evidências que os proprietários não haviam sabido tomar como alerta:

Temos dados para acreditar que esta manifestação é aconselhada por homens de cor, da ínfima classe da sociedade, que talvez guiados pela horrível esperança nos saques e latrocínios não se temam de afogarem-se no sangue de seus concidadãos. Infelizmente várias circunstâncias, que passaram despercebidas no meio da tranqüilidade e sossego em que vivíamos tornam-se hoje indícios veementes. Tais são, instrução de alguns escravos que lendo as ocorrências da guerra civil nos Estados Unidos as transmitem aos que não sabem ler, compras de armas de fogo feitas por alguns mais audaciosos, certo estado de agitação entre eles, ajuntamentos e grupos de quatro mais indivíduos, conversações figuradas e enigmáticas. Poucos ou nenhuns (sic) meios de detê-la temos.¹⁸

¹⁷ *Interrogatório de Adão, escravo de Marcos Vaz Moura*, 28 out. 1864. ANRJ: CORTE DE APPELAÇÃO, PROCESSO—CRIME de Insurreição, José Cabrinha (escravo), Serro, cx. 3700, maço 5014 (1865), p. 33.

¹⁸ *Idem*.

De fato, a guerra civil norte-americana fazia parte havia algum tempo das conversas e do noticiário local. Nas páginas do jornal *O Jequitinhonha* – único periódico regional publicado na comarca do Serro na década de 1860 –, o conflito vinha ganhando ampla cobertura, desde 1861, na interpretação de liberais como o jornalista Joaquim Felício dos Santos. Além do acompanhamento direto das batalhas feito por meio do contato com os pacotes que aportavam no Rio de Janeiro, o jornal publicou diversos artigos sobre as prováveis consequências da abolição nos EUA para o regime escravista brasileiro.

Na cobertura de *O Jequitinhonha*, a Guerra de Secessão se misturava, freqüentemente, com a exaltação dos projetos emancipacionistas que corriam no Parlamento imperial. O jornal divulgou especialmente as propostas gradualistas de Silveira da Mota e Tavares Bastos e nelas buscou inspiração para defender iniciativas dedicadas a “melhorar a sorte dos escravos” e tutelar a futura transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil. (AZEVEDO, 1987: 62-67). Incluídas na pauta do Partido Liberal, tais reformas nada tinham de radical, mas influenciaram editoriais que chegaram a clamar pela abolição no Município Neutro, capital do império.¹⁹ No periódico, acreditamos que os escravos revoltosos tenham encontrado o material para criar os “abolicionistas” e a “guerra pela liberdade” que os levaram a considerar a possibilidade de derrotar seus senhores em 1864. Nuno fora mesmo bem preciso ao informar os parceiros da Sesmaria sobre o conflito nos EUA e, ao que tudo indica, era à proclamação de emancipação, assinada por Abraham Lincoln em 1863, que se referia ao dizer que a ordem para a emancipação já havia sido dada.

A par do que se passava no norte mineiro, o presidente Pedro de Alcântara Cerqueira Leite acreditou desde o início que o levante poderia ser facilmente sufocado. Para isso, enviou 24 praças de cavalaria ao Serro, recomendou vigilância às autoridades policiais, sobretudo nos termos em que era maior a

¹⁹ *O Jequitinhonha*, 21/06/1862, p. 3.

acumulação de escravos, e concordou com a reunião de 40 praças da cavalaria e 60 da infantaria da Guarda Nacional na Casa do Contrato, centro de Diamantina. O otimismo do presidente da província nutria-se da certeza sobre as boas disposições dos moradores da região, que disto já haviam dado “belo exemplo” em 1863, ao desbaratar “centenares de homens resolutos, quando invadiram a Lavra chamada do Duro”.²⁰ Certamente não suspeitava que o núcleo da insurreição viesse a ser justamente a lavra “pacificada” em 1863.

Ainda em outubro de 1864 as autoridades descobriram que o plano de insurreição denunciado por Vicente fora elaborado por José Cabrinha, Nuno e Demétrio na fazenda Sesmária, e que estavam convidados para o movimento todos os cativos dos fazendeiros e mineiros dos distritos do Serro, Itambé, Milho Verde, São Sebastião das Correntes, Rio do Peixe, Diamantina e São João da Chapada. Tentaram provar o envolvimento do forro Herculano Manoel de Barros na conspiração, mas nada encontraram para incriminá-lo além da proximidade com o alfaiate Adão, cabeça do levante na cidade do Serro, de quem provavelmente era irmão. Incomodava-lhes uma conversa havida entre os dois na venda de Herculano, havia pouco. Estando Herculano à espera de um freguês que vinha lhe pagar uma dívida e já se demorava, tratara de desabafar um pouco. Comentou na ocasião,

²⁰ OFÍCIO enviado pelo presidente de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ao ministro da Justiça Francisco José Furtado, 20 out. 1864. ANRJ: Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ 1, maço 628 (1864). Dentre as diversas invasões de terras que caracterizaram a história de Diamantina, pelo menos desde 1840 até a crise dos diamantes em 1870, a ocupação do Duro foi a mais sangrenta. Sentindo-se injustiçados pelas leis reguladoras dos terrenos diamantinos que lhes reservavam apenas o direito de explorar lotes praticamente esgotados de diamantes, os faiscadores, ou pequenos mineradores, persistiram na luta pela redistribuição das terras, questionando o direito dos arrendatários em manter suas minas. Em 1863, mais de seiscentos deles enfrentaram as forças policiais na lavra de Felisberto Ferreira Brant, resultando em dezenas de mortos e feridos.

que ele interrogado já tinha sido alfaiate, bolieiro, tropeiro, pescador e soldado, e que nunca tinha sido logrado, e que agora nesta taverna estava ameaçado a ser logrado, e no ato de dizer ele interrogado que já tinha sido soldado, Adão lhe perguntara se tendo ele sido soldado como tinha voltado de novo ao Cativoiro, nesta ocasião ele dissera a Adão, que servira em uma fortaleza cercada pelo mar, aonde havia muralhas, e que Adão lhe pedira explicação do feitiço das peças, e que ele dera a explicação pedida, e disse a Adão que voltou para casa por ter mandado avisar ao então seu senhor, que ele se achava com praça na dita Fortaleza por ter sido recrutado, ignorando-se a sua condição.²¹

Tal diálogo foi o bastante para Adão imaginar o apoio de Herculano à insurreição que planejava e repetir para seus companheiros que, se duvidassem da verdade do plano, fossem perguntar ao “mestre”. Outros libertos, especialmente mulheres,²² chegaram a ser interrogados, mas não foi possível pronunciar nenhum dos “homens de cor da ínfima classe da sociedade” apontados pelo deputado Rabello. Não havia como classificar de delito a convivência que nutria os projetos de liberdade dos escravos.

A revolta se beneficiou enormemente da rede de solidariedade construída entre libertos e escravos sobretudo a partir do ambiente de trabalho. (REIS: 350-389). Na comarca do Serro, muitos ex-escravos atuavam como pequenos proprietários, artesãos, viviam de suas “agências” ou trabalhavam como “jornaleiros”, por exemplo na mineração de ouro e diamantes. No trabalho coletivo de extração e lavagem das pedras nas lavras, labutavam lado a lado com os cativos. Além de minerar, outras atividades eram desempenhadas conjuntamente: escravos e forros buscavam lenhas nas matas, dormiam nos

²¹ *Interrogatório de Herculano Manoel de Barros*, 24 out.1864. ANRJ: CORTE DE APPELAÇÃO, PROCESSO-CRIME de Insurreição, José Cabrinha (escravo), Serro, cx. 3700, maço 5014 (1865), p. 21.

²² Maria Severina dos Santos e Eva Joaquina de Campos, ambas, mulheres que “viviam de suas agências” no Serro, eram amigas de Rita, filha de Herculano, e estavam avisadas do levante. *Idem*, p. 10 e 12.

ranchos da beira dos rios diamantinos, freqüentavam as mesmas vendas ou compareciam às igrejas e irmandades locais. (Cf. SOUZA). A polícia temia especialmente os libertos que serviam como *falas* dos quilombolas, isto é, informantes que os alertavam sobre a organização de expedições de combate, serviam de parceiros comerciais ou ofereciam refúgio, quando necessário. Em 1864 muitos deles ajudaram os escravos a conseguir armamento e a espalhar a notícia da insurreição, servindo como “ponte” de comunicação entre as cidades e as matas do norte mineiro.

Uma vez presos os líderes serranos a atenção das autoridades se voltou para as lavras de Diamantina, onde enfrentavam maior resistência. Na mina do Barro, em São João da Chapada, estimavam haver mais de quatrocentos cativos “em uma circunferência menor de vinte mil braças, os quais além de acharem-se quase à fala dispõem de meios pecuniários pela riqueza da referida lavra”.²³ Tamanha densidade de escravos era explicada pela natureza dos serviços de mineração na região, onde um mesmo veeiro de diamantes se estendia subterraneamente pelas lavras do Barro e do Duro. Poucos metros de distância separavam os dois serviços pertencentes a sociedades que tinham em Rodrigo de Souza Reis e Felisberto Ferreira Brant os seus maiores expoentes. Ambos haviam sido pioneiros na utilização de máquinas a vapor que ajudavam a drenar a água dos rios e direcionar a força hidráulica para as escavações das minas. A modernização do processo de extração dos diamantes havia transformado o Duro e o Barro nas lavras mais rentáveis de Diamantina, mas ainda não havia sido capaz de superar a utilização intensiva do trabalho servil, que continuava a ser desempenhado sob a ameaça constante de doenças e acidentes.

Em novembro de 1864, cerca de cem praças da Guarda Nacional ainda não tinham sido suficientes para prender os escravos do Barro, que permaneciam insubordinados e buscavam apoio nas alianças sociais construídas nas

²³ OFÍCIO enviado pelo juiz de direito João Salomé Queiroga ao presidente de Minas Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, 29 out.1864. ANRJ: Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ 1, maço 628 (1864).

vizinhanças. O delegado de Diamantina logo descobriu, com a prisão da liberta Vitória da Costa, que os quilombolas dos subúrbios do município tinham comunicação permanente com a lavra. Fora justamente no Barro que Vitória tomara conhecimento do levante, mais precisamente na rancharia de Rodrigo de Souza Reis, onde dois escravos lhe contaram que “eles estavam para ficarem (sic) livres, e Ricos e os brancos pobres”.²⁴

Mais conhecida pela alcunha de “Vitório”, a ex-escrava andava sumida no mato desde 1863, quando fugira junto com os escravos João Pinheiro, Maurício e João do Dó para o chamado quilombo dos Ferreiros, no subúrbio de Diamantina. O mocambo tinha o nome do córrego que lhe cortava quando da sua fundação, mas havia se transportado recentemente para os fundos da casa do padre Januário, no Caeté-mirim. Segundo Vitória, moravam nos Ferreiros outras mulheres forras e cerca de 21 escravos pertencentes aos maiores mineradores de Diamantina. Ali, todos se alimentavam “da carne de vaca que pegavam no campo”,²⁵ promoviam razias nas povoações e não ficavam isolados, comerciando mantimentos com as senzalas da redondeza. Às mulheres cabia a vigilância do quilombo e, para pânico dos brancos, Vitória afirmara que todos os “negros do mato” portavam foices e alguns poucos possuíam também armas de fogo. Como esperavam os rebeldes da Sesmaria, eles realmente estavam prontos para coadjuvá-los na insurreição, e seu quilombo no “sertão” era um dos destinos prováveis dos escravos após a luta na cidade do Serro.

Além dos Ferreiros, outras comunidades de escravos fugidos espalhadas pela serra do Itambé e pelo vale do Jequitinhonha estiveram envolvidas na insurreição. Aderiram a um movimento organizado por muitos daqueles com os quais mantinham relações de parentesco ou comércio – cativos e libertos –, num momento em que a vida quilombola estava ameaçada. (Cf. GOMES). Na

²⁴ *Interrogatório feito pelo delegado João Raimundo Mourão à Vitória da Costa*, 19 nov.1864. Biblioteca Antônio Torres: processos criminais (Diamantina), maço 81, p. 4.

²⁵ *Idem*, p. 3.

década de 1860 os subúrbios do Serro e Diamantina estiveram sob intensa pressão das razias e crimes perpetrados pela “rapaziada sujeita das matas”. Por um lado, tais ações ensejaram a sobrevivência dos quilombos e das solidariedades que o cercavam, provendo mantimentos, produtos de troca e alimentando o medo dos habitantes que hesitavam em denunciá-los. Por outro, porém, estimularam a multiplicação das investigações e expedições de batida que acabaram por trazer à luz boa parte desta rede de contatos. Assim ocorreu, por exemplo, com o quilombo dos Ferreiros que, em agosto de 1865, foi inteiramente destroçado no Mendanha, periferia de Diamantina.

A rebelião de 1864 resultou para seus protagonistas num trágico desfecho. Concluído no final de novembro daquele ano, o julgamento de nove escravos serranos não condenou nenhum deles à morte. Apenas o pedreiro José Cabrinha, considerado o cabeça da revolta, acabou sentenciado com a pena de galés por vinte anos. Nuno, Demétrio, Adão, o pajem Leonel e Sebastião foram punidos com penas de açoites que variaram de 900 a 200 chibatadas, combinadas com o uso de ferro no pescoço por períodos de três meses a um ano. Pronunciado como um dos líderes, o mineiro Antônio chegou a ser preso, mas fugiu antes que pudesse ser julgado. Alexandre, irmão de José Cabrinha, e o tropeiro Faustino, único escravo africano indiciado no processo, foram absolvidos. Curiosamente, nenhum cativo de Diamantina foi condenado por envolvimento no levante. Os alfaiates David e Francisco, vendidos há pouco tempo do Serro para aquela cidade, sofreram interrogatório, mas apenas David foi punido com o recrutamento.

2. A “rapaziada sujeita”

As dezenas de interrogatórios colhidos em 1864 mostraram que a insurreição estava ramificada numa comunidade escrava peculiar, formada a partir da integração dos dois principais municípios do norte mineiro. Embora estivessem presentes, os africanos constituíram minoria numa insurreição

planejada por escravos crioulos do Serro e Diamantina. A liderança presa pela polícia compunha-se de cativos nascidos em Minas e residentes há bastante tempo nas propriedades de origem. Dos 40 escravos citados nos autos criminais, 21 foram identificados segundo sua naturalidade. Deste total apenas um era africano, dezesseis eram nascidos em distritos da própria comarca do Serro e quatro foram denominados genericamente como *crioulos*. Dentre os rebeldes as autoridades encontraram também diferentes cores: dos 20 escravos com alguma referência a respeito, havia oito *cabras*, oito *crioulos*, três *pardos* e um *preto*. Sob o comando dos cabras José, Nuno e Adão, se reunia uma vasta gama de cativos com ofícios especializados, atuantes nos meios urbano e rural. Dentre dezoito escravos com indicação a respeito a maior categoria era constituída por cinco alfaiates, seguidos por dois pedreiros, dois tropeiros, dois mineiros, um oficial de ferreiro, um oficial de sapateiro, um marceneiro e um carpinteiro. Além destes, acrescenta-se ainda três cativos empregados em serviços domésticos e um bom número deles ocupado na exploração das lavras diamantinas, trabalho que exigia alto grau de especialização.

A predominância de escravos especializados no comando do levante pode estar ligada a diversos fatores. Homens como José Cabrinha ou Adão desfrutavam de enorme respeito entre seus companheiros, sendo apontados por muitos rebeldes como os mais astutos “para cabalar a rapaziada”²⁶ e gozavam de grande mobilidade. Estes trabalhadores circulavam entre diversas propriedades, sendo freqüentemente aproveitados por vários membros de uma mesma família senhorial ou alugados para o desempenho de serviços entre o Serro e Diamantina. O aluguel era uma prática tradicional na comarca do Serro, rentável para os senhores, mas por vezes perversa para os escravos. Ainda que permitisse a ampliação do mundo social dos cativos, implicava quase sempre

²⁶ *Depoimento de Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz*, 21 nov.1864. ANRJ: CORTE DE APPELAÇÃO, PROCESSO-CRIME de Insurreição, José Cabrinha (escravo), Serro, cx. 3700, maço 5014 (1865), p. 66.

o abandono temporário dos “direitos costumeiros” conquistados por eles na propriedade de origem. Os escravos alugados facilmente figuravam entre os que recebiam o pior tratamento de novos senhores que visavam extrair deles o máximo de trabalho no menor tempo possível. (COSTA: 85-86). É possível que muitas adesões à rebelião tenham sido inspiradas em experiências como esta, comuns, sobretudo, nas lavras diamantinas.

As autoridades preocuparam-se enormemente com a correspondência trocada entre os escravos especializados do Serro e acabaram descobrindo que diversas cartas haviam, de fato, sido enviadas nos meses de setembro e outubro de 1864. Elas provinham principalmente do núcleo letrado constituído pelos cativos da Sesmaria, fazenda de D. Francisca de Araújo Padilha, onde se produzia aguardente. Durante o correr do processo, Demétrio, José Cabrinha e David declararam saber ler e escrever, assinando, por conseguinte, todos os depoimentos que prestaram. Sebastião disse “ler muito mau a letra redonda”,²⁷ e é certo que Adão e Nuno também lidavam de alguma forma com a língua escrita, pois receberam várias missivas de José Cabrinha. Além dos escravos, Herculano Manoel de Barros foi único liberto indiciado a declarar “saber ler e escrever mal”.²⁸

A significativa presença de crioulos especializados entre os rebeldes precisa, ainda, ser pensada no contexto das estratégias repressivas da polícia. Foi sobre eles que se voltaram, imediatamente, as suspeitas dos senhores. Os indícios sobre a participação de africanos eram claros, mas a maioria dos que foram identificados nas investigações jamais foi presa. Os escravos africanos constituíam boa parte da força de trabalho nas lavouras de cana do Serro ou em minas como a do Barro, de onde ajudaram a traçar alianças duradouras com os quilombos circunvizinhos. (Cf. MACHADO FILHO). Nestes espaços, uma nova cultura em que se mesclavam elementos da vivência sob a escravidão e

²⁷ *Interrogatório do escravo Sebastião*, 23 nov. 1864. Idem, p. 98.

²⁸ *Auto de qualificação de Herculano Manoel de Barros*. Idem, p. 7.

do passado africano estava possivelmente a solidificar a solidariedade que garantiu dois meses de resoluta resistência por parte dos rebeldes.

As motivações da rebelião de 1864 foram múltiplas e continuaram a inspirar os escravos nos anos seguintes. Podem ser buscadas nas durezas do cativeiro nos pequenos engenhos e lavras de Minas; nas percepções cativas sobre as guerras e o emancipacionismo da década de 1860; no questionamento da autoridade dos brancos pelas invasões de terras; bem como na força e vulnerabilidade dos quilombos mineiros.²⁹ As comunidades de fugitivos das serras do Itambé e do Espinhaço funcionaram como grandes campos de treinamento para o levante, e seu grau de solidariedade aos escravos indica o claro do papel que desempenhavam na organização social das comunidades escravas da Comarca do Serro. Ao engajarem-se na insurreição, é bem possível que buscassem proteger as relações sociais e econômicas que haviam cuidadosamente construído com as senzalas. Em 1864, especialmente, um importante espaço de autonomia para escravos e quilombolas se encontrava em jogo. O acesso a terra estava ameaçado pela escalada da repressão policial e pelo avanço do loteamento de terrenos diamantinos nas periferias de Diamantina, destinado ao assentamento dos faiscadores pobres.

A rebelião do Serro acabou por abrir um período de acirramento do protesto escravo em toda a província de Minas Gerais. Iniciada sob os rumores da Guerra de Secessão norte-americana, ela foi sufocada com a prevenção e força cabíveis a um país em estado de guerra. Foi a eclosão do conflito contra o Paraguai que levou à ultimação do processo contra os rebeldes que, no início de 1865, ainda se arrastava em demorados recursos. Novas conspirações escravas na cidade do Serro foram descobertas pela polícia nos meses de maio e agosto de 1865, engrossando o cômputo de pelo menos vinte outras espalhadas

²⁹ O levante de 1864 se insere também numa longa tradição de protesto em Minas que abarca, por exemplo, os diversos levantes ocorridos na década de 1830, tais como o dos escravos da família Junqueira em Carrancas, 1833, e o daqueles de Mariana e Ouro Preto, em 1835. Cf. Andrade, 1996.

por toda a província de Minas Gerais naquele ano. Os cativos continuavam a falar claramente “em liberdade, em Lopez do Paraguai, e muitas outras coisas perigosas”,³⁰ esforçando-se em levar adiante projetos políticos arraigados nas comunidades e culturas negras formadas por escravos, libertos, homens e mulheres livres pobres. Não pretendiam deixar de participar de um momento crucial das discussões sobre o futuro da escravidão no Brasil.

Bibliografia

ANDRADE, M. F. de. *Rebelião e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Dissertação de Mestrado, FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 1996. 200 p.

AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 p.

GOMES, F. dos S. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas – Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 431 p.

MACHADO FILHO, A. da M. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1985. 141 p.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, 282 p.

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 665 p.

SANTOS, J. F. dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis; Brasília: Vozes/INL, 1978.

SLENES, W. “Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, Campinas, n. 17, p. 39-75, 1985.

SOUZA, J. M. de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993, 265 p.

VIOTTI DA COSTA, E. *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 415 p.

³⁰ Ofício reservado enviado pelo delegado de Caeté, Caetano de Souza Telles Guimarães, ao Chefe de Polícia de Minas Gerais (15/09/1865). APM: Seção Provincial, cód. 1095.